

(In)segurança das mulheres no conflito da ex-Iugoslávia: uma análise pela perspectiva da psicologia política e da segurança humana feminista

(In)seguridad de las mujeres em el conflicto en la antiga Yugoslavia: un análisis desde la perspectiva de la psicología política y la seguridad humana feminista

Núbia Sanches Martins¹

Resumo

O presente trabalho busca apresentar as situações de (in)segurança das mulheres em contexto de conflito, o caso analisado será o da guerra civil na ex-Iugoslávia que durou de 1992 a 1995. As situações levantadas estão relacionadas à prática do estupro de maneira sistemática e em massa como estratégia de limpeza étnica e também às inseguranças econômicas presentes durante e após o conflito. A hipótese levantada é de que as situações de insegurança as quais as mulheres experimentam em períodos de conflitos armados não são simples produto da guerra, mas são reflexo da estrutura social que, mesmo em tempos em que não há conflitos armados, permite, tolera e mesmo incentiva as violências praticadas contra as mulheres. Portanto, conceitos como violência estrutural, violência institucionalizada e a violência simbólica serão utilizadas como plano de fundo do presente trabalho. Ademais, será utilizada a categoria analítica de gênero além da perspectiva da psicologia política e da segurança humana feminista.

Palavras-Chave: Guerra; Insegurança das mulheres; Violação de Direitos Humanos das mulheres; Violência estrutural; Violência institucionalizada.

Resumen

El presente trabajo busca presentar las situaciones de (in) seguridad de las mujeres en el contexto del conflicto, el caso analizado es la guerra civil en la antigua Yugoslavia, que duró desde 1992 hasta 1995. Las situaciones levantadas están relacionadas con la práctica de la violación sistemática y masiva como estrategia de limpieza étnica y también las inseguridades económicas presentes durante y después del conflicto. La hipótesis es que las situaciones de inseguridad que experimentan las mujeres en tiempos de conflicto armado no son simplemente producto de la guerra, pero son un reflejo de la estructura social que, hasta en momentos en los que no existe un conflicto armado, permite, tolera y alienta la violencia contra las mujeres. Por lo tanto, conceptos tales como la violencia estructural, la violencia institucionalizada y la violencia simbólica serán utilizadas como el fondo de este trabajo. Además, será utilizada la categoría analítica de género y también el punto de vista de la psicología política y de la seguridad humana feminista.

Palabras claves: Guerra; Inseguridad de las mujeres; Violación de los derechos humanos de las mujeres; Violencia Estructural; Violencia institucionalizada.

1. Introdução

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); nubia.sanches@gmail.com

A violência estrutural encontra seus alicerces não apenas nas instituições e nas práticas políticas, mas nos princípios hegemônicos dominantes que permeiam todas as estruturas sociais. A estrutura patriarcal no bojo da sociedade capitalista organiza uma dinâmica de assimetria de poderes e acesso aos recursos econômicos, conta ainda com a ideologia machista de desvalorização das mulheres e das funções ditas como femininas além da objetificação de seus corpos e da naturalização dos assédios que revelam a existência de uma cultura do estupro. Assim, fica aparente a dimensão pública dos corpos das mulheres, “mulheres como corpos a serviços das economias de honra e poder que operam na guerra” (SMIGAY, 1999).

Para além disso, é necessário perceber a perspectiva masculinista tanto dos organismos e instituições de poder político quanto da própria produção de conhecimento e as abordagens utilizadas pelas lentes teóricas “cegas ao gênero”. Nesse contexto, o uso de gênero enquanto categoria analítica e da segurança humana feminista tem o objetivo de evidenciar as violências perpetradas contra as mulheres e compreender que constituem violação dos direitos humanos das mulheres.

Nesse sentido, a perspectiva da psicologia política busca compreender as condições nas quais o estupro sistemático é produzido e se manifesta. Ao apresentar essa interpretação, Smigay (1999) busca distanciar a associação do estupro como uma transgressão individual (exceções ou patologias) e atentar para uma “análise conjuntural e política do fenômeno, produzindo poderosos instrumentos analíticos de uma cultura, uma sociedade, dos grupos e coletividades inteiras” (p.109), além de situá-lo enquanto violência de gênero, tratando da sua especificidade em situações de guerra. Assim, “tirando-o do campo do psicológico e individual e levando-o para o campo da psicologia política, abrindo a possibilidade de conceitualizá-lo como uma batalha, onde o corpo das mulheres passa a ser um território contestado” (p.111).

2. O estupro como instrumento de guerra: insegurança das mulheres e ruptura de seus direitos humanos

O estupro em tempos de guerra se reveste de significados sociopolíticos bem definidos, é uma estratégia cujos reflexos são conhecidos muito bem pelos perpetradores; para além de penetrar na hereditariedade e mesmo humilhar a etnia/nação adversária, busca-se penetrar nas mentes e causar a expulsão pelo medo. Essa prática provoca tantos traumas que dificulta e mesmo impede a reintegração da população nas regiões onde foram cometidos, ou

seja, força a migração e a busca por refúgio em outros países e regiões. Combinado a isso, ainda há a dificuldade em julgar e condenar os perpetradores, de modo que as condenações legais deveriam ocorrer com a finalidade de dar mais segurança às mulheres para voltarem às suas casas uma vez que os violadores estariam presos, porém, não é o que costuma ocorrer.

Nesse contexto, o estupro pouco tem a ver com o ímpeto sexual incontrolável – a expressão de uma virilidade (masculina) exacerbada –, o estupro está associado ao poder, à propriedade e à manutenção de privilégios (SAFFIOTI, 1997). É “um crime de gênero, política sexual e poder” (VILHENA e ZAMORA, 2004, p.116). Brownmiller (1975) institui ainda que a violência praticada contra as mulheres, e o estupro especificamente, não tem a ver com patologias ou configuram exceções. São sintomáticos na sociedade, fazem parte como instrumento do patriarcado e este dispõe de dois dispositivos ideológicos de submissão subordinação-opressão das mulheres: o machismo e a misoginia. Ambos – em associação com a necessidade masculina de auto afirmar sua virilidade constantemente – estimulam e encorajam as diversas formas de violências perpetradas contra as mulheres, entre elas o estupro.

2.1. Contextualização: inseguranças durante e após o conflito na ex-Iugoslávia

Foi durante a década de 1990 que o debate acerca do estupro enquanto instrumento de guerra entra na agenda internacional, de forma que “foi a primeira vez em que o estupro durante conflitos é socialmente visto e inserido nas discussões de foros e organizações internacionais” (SMIGAY, 1999, p.105).

Além disso, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia² (TPII) é a primeira corte internacional desde a IIª Guerra Mundial e foi estabelecido de 1996 a 1997 com a finalidade de julgar crimes cometidos durante a guerra civil na ex-Iugoslávia. Assim, o Direito Humanitário internacional analisou o estupro sob quatro aspectos: crime de guerra, crime contra a humanidade, violação das leis e costumes da guerra e genocídio (PERES, 2011). Essas interpretações minimizam as violências praticadas contra as mulheres, de modo a evidenciar noções morais e éticas da guerra além de destacar a dimensão étnica do conflito,

² A República Federativa Socialista da Iugoslávia (FDSI) era composta por seis repúblicas (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Montenegro, Macedônia e Sérvia) e duas províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina). A guerra civil na ex-Iugoslávia resultou do processo de desintegração da RFSI. O trabalho refere-se aos conflitos ocorridos na Bósnia-Herzegovina haja vista que é onde são relatados os casos específicos dos estupros .

elevando a violação da hereditariedade, ou seja, a violência praticada contra uma etnia ou cultura específicos.

Apesar do intuito em associar o estupro ao genocídio seja de “elevá-lo acima de outros crimes internacionais e violações de direitos humanos” (p. 37), é necessário perceber que “ao tratar o estupro genocida de modo diferente, estamos, na verdade, dizendo que todas essas terríveis violações de mulheres podem ir adiante sem sanção comparável” (COPELON, 1999, p. 67). Nesse sentido, Smigay (1999) argumenta que a perspectiva da psicologia política busca incorporar o estupro ao campo das violências de gênero com a finalidade de enfatizar “o impacto do assalto sexual sobre o corpo das vítimas” (p.111). Desse modo, analisar essa prática por meio de uma perspectiva de gênero no campo da psicologia política.

Assim, os estudos de segurança feminista se inserem como uma intersecção entre estudos de segurança, teorias feministas nas relações internacionais e teorias feministas no geral e pautam seu referencial nas mulheres de modo a perceber as particularidades de suas experiências e, portanto, identificar as situações de inseguranças delas durante e após o conflito. Dessa maneira, busca-se perceber suas demandas a fim de que seja possível avançar na garantia da integridade dos direitos humanos das mulheres bem como a reparação dos danos ocorridos durante a guerra.

2.2. Objetivos

O objetivo principal do trabalho é analisar algumas das circunstâncias de inseguranças das mulheres durante e após o conflito na ex-Iugoslávia relacionadas aos aspectos políticos, econômicos e sociais.

Além disso, a necessidade em perceber que o cenário de insegurança que as mulheres experimentam em tempos de conflito não são simples produto da guerra, mas são reflexos das relações de poder, dos aspectos culturais e simbólicos, das instituições políticas e da própria estrutura social na qual são fundadas e justificadas as violências praticadas contra as mulheres. À vista disso, essas violências que estão presentes e latentes em sociedade em que não há conflitos apenas adquirem maior magnitude em contexto de guerras – em função, principalmente, da suspensão temporária das leis e da “ordem”.

2.3. Metodologia

A fundamentação metodológica utilizada para sustentar as argumentações expostas contemplou a realização de pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos acadêmicos que

abordam essa temática. Para tanto, utilizou-se as perspectivas feministas e reflexivistas, dando enfoque aos conceitos de segurança humana feminista ao analisar as experiências das mulheres durante e após o conflito na ex-Iugoslávia; a violência estrutural, institucionalizada e simbólica ao refletir a maneira como se manifestam as violências praticadas contra as mulheres mesmo em tempos de “paz”; a psicologia política que realiza uma análise conjuntural e política do estupro sistemático em conflitos, trata de suas especificidades em situações de guerra além de situá-lo enquanto uma violência de gênero.

3. Conclusões

O enfoque dado à experiência das mulheres utilizando a psicologia política, busca não apenas evidenciar as inseguranças delas durante e após os conflitos, mas também perceber a forma como elas se manifestam evidenciando as estruturas sociais, políticas e econômicas que colaboram com a continuidade dessas violações. Dessa maneira, a finalidade dessa análise é identificar as demandas específicas das mulheres e avançar para reafirmar a integridade de seus direitos humanos

Nesse sentido, é necessário compreender suas especificidades durante a guerra de modo que as sobreviventes obtenham atendimento (médico e psicológico) individualizado e tenham acesso aos recursos necessários que garantam sua segurança social, econômica, política e de saúde. Embora não seja o que ocorre visto que muitas se encontram em situações de inseguranças mesmo após o término dos conflitos.

Assim, a perspectiva da psicologia política imputa a responsabilidade a todos os setores da sociedade haja vista que o concebe enquanto violação de direitos e, portanto, determina ser uma assunto da esfera pública. Assim, os mecanismos citados devem todos trabalhar com vistas a avançar em relação à garantia do acesso aos recursos políticos (leis que assegurem a igualdade de direitos), econômicos e sociais que garantam a segurança humana das mulheres em quaisquer circunstâncias e localidades, reafirmando a integridade de seus direitos humanos.

Portanto, é necessário evidenciar o estupro enquanto violência de gênero e violação de direitos das mulheres a fim de que seja possível organizar ações impeditivas e de reparação dos danos provocados. Esses mecanismos vão além da resposta legal e condenação dos perpetradores – essencial para garantir maior segurança às sobreviventes no retorno a seus lares sem ter que cruzar com os violadores –, constituem iniciativas internacionais e nacionais, políticas sensíveis ao gênero que priorizem e destaquem as posições e experiências das mulheres – tais quais programas de paz,

propostas de governos, assessoria às e das Nações Unidas, publicações em revistas especializadas e meios que impactem na opinião pública.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 2003.

COPELON, Rhonda. Surfacing Gender: Reengraving the Crimes against Women in Humanitarian Law. In: Dombrowski, N. (ed.). **Women and War in the Twentieth Century**. Nova York e Londres: Garland Publishing, 1999.

DINIZ, Débora. **A marca do dono**. Estadão, nove de novembro de 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-marca-do-dono,1094960>>, acesso em 10 de novembro de 2015.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28ª edição, 2014.

PERES, Andréa Carolina Schwartz. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. **Cadernos Pagu**, 2011, nº 37, p. 117-162.

PERIĆ, Lana. **Female (In)Security: Challenging Notions of Security, the State, and Man's Warfare through the Western Balkans**. Ottawa, 2015. Monografia de Bacharelado – Departamento de Ciência Política – Relações Internacionais.

SMIGAY, Karin. E. von. Violação de corpos: O estupro como estratégia em tempos de guerra. Uma questão para a psicologia social? **Psicologia & Sociedade**. São Paulo, 1999. v. 11, nº 1, p. 104-120.

KESIĆ, Vesna. Muslim women, Croatian women Serbian women, Albanian women. In: BJELIĆ, Dušan I.; SAVIĆ, Obrad. (eds.) **Balkan as metaphor: between globalization and fragmentation**. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002, p.311-321.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. **A tipificação do estupro como genocídio**. Revista Internacional de Direitos Humanos – ano 6, nº10. São Paulo, junho de 2009, p.29-51.

VILHENA, Junia de. ZAMORA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista do Rio Janeiro**, nº 12. Rio de Janeiro, 2004, p.115-130.